

REPRESENTAÇÃO DA ESCOLA POR TRABALHADORES DA CIDADE DE SALVADOR*

*Celma Borges***

Este artigo trata da importância que é atribuída à escola pelos trabalhadores que foram entrevistados durante a pesquisa "Educação e Condições de Sobrevivência"¹. A maioria das percepções da escola por eles manifestadas gira em torno da questão do processo de qualificação para o trabalho, trazendo à tona idéias sobre os conteúdos educacionais necessários ao preparo do trabalhador para ingresso no mercado de trabalho e, de mobilidade social através da escola. O que unifica todas as colocações é a própria realidade objetiva dos trabalhadores - semi ou não qualificados, ou seja, suas limitadas condições de vida e experiências educacionais.

Assim sendo, para fins deste artigo, cabe ressaltar o papel da escola para a qualificação da força de trabalho na sociedade brasileira ou seja, sua relação com o processo de produção ao qual ela serve.

QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES

A qualificação para o trabalho nas sociedades capitalistas modernas coloca-se, antes de mais nada, como poden-

* Este texto foi publicado originalmente na Revista da Associação Nacional de Educação, ano 1, nº 5, 1982, p. 43-51. Sua reprodução neste Caderno deve-se à sua grande procura e atualidade, conforme antes explicitado.

** Do Centro de Recursos Humanos e da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

¹ Pesquisa realizada pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia em convênio com a SUDENE e o CNRH/IPEA, Salvador, BA., 1981.

do ser executadas tanto dentro como fora do processo produtivo. Caracteriza-se como formação genérica de habilidades para o trabalho (qualificação geral, quase sempre dada pela escola) que resulta na necessidade de "especializações" (dadas pelas escolas ou a nível técnico não-formal e informal nas empresas e outras agências educacionais alternativas), que procuram sempre acompanhar os ramos e hierarquias do processo de produção².

No entanto, como o processo de desenvolvimento do capitalismo é desigual entre os setores e âmbitos em que se realiza a sua produção, historicamente no Brasil, os requisitos de uma qualificação para o trabalho, como poderia ser esperado, também ocorrem de forma generalizada e desigual³, repercutindo por isso mesmo diretamente sobre a estruturação do sistema educacional. Desta forma, o sistema educacional brasileiro vem acompanhando o sistema sócio-econômico, através de elaborações e reelaborações sucessivas de sua política educacional⁴, gerando em cada momento da história o privilegiamento de um determinado tipo básico de escola, que coexiste com outros tipos, compondo, com isso o valor da força de trabalho no mercado, através do preenchimento de pré-requisitos de qualificação que são necessários a este próprio mercado de trabalho.

² Ver PAOLI, Niuvenios Junqueira, *Ideologia e Hegemonia: As condições de produção da educação*, São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1980, 103 págs.

³ Consultar sobre este assunto: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, *História da Educação no Brasil - 1930 a 1937*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

⁴ Referências às mudanças de política educacional são feitas por FREITAG, Barbara, *Escola, Estado e Sociedade*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

Na medida em que a escola oferece diferentes níveis de qualificação, ocorre uma homogeneização de todos os trabalhos, "tornando as diferenças entre os trabalhadores uma questão de grau quantitativo de conhecimento acumulado"⁵, num determinado período de escolarização, e fazendo com que a qualificação de cada pessoa passe a ser medida pelo seu tempo de escolarização, pelo tipo de curso, nível ou grau de ensino por ela frequentado. Mas, ocorre em relação aos requisitos para a qualificação e em decorrência em relação à escola que objetiva essa qualificação, alguns fenômenos dignos de nota.

Em primeiro lugar, cabe assinalar que do ponto de vista educacional, muito embora se possa observar a partir da década de trinta um aumento da oferta educacional⁶, através de um maior número de vagas nas escolas da rede de ensino regular, este acesso é diferenciado num duplo sentido. De um lado, o acesso não é igual para todas as camadas sociais (lembrar aqui os índices atuais de analfabetismo), de outro, à cada camada social é destinado um tipo de escola. Ou seja, nem todos têm acesso a escola e os que têm, participam de práticas educacionais diferenciadas em cada um e nos mesmos níveis e graus de ensino.

Em segundo lugar, se o acesso existe de forma diferenciada ele também é restrito. Em termos de passagem pela escola a população brasileira como um todo apresenta maiores índices a nível de alfabetização (ler e escrever), seguindo-se

⁵ A propósito, ver a interessante e consistente análise feita por Paoli, Niuvenios na obra anteriormente citada.

⁶ Sobre a expansão do ensino após 1930 verificar as análises de Romanelli, Otaíza, em sua *História da Educação no Brasil*.

a estes os do curso primário⁷. Evidentemente, isto implica que a aprendizagem de habilidades e conhecimentos é restrita, pois que os problemas inerentes à ação pedagógica, provocados pelas deficiências do ensino – problemas esses que também se dão de forma diferenciada para cada camada social – quando associados a contextos sócio-econômicos de pobreza em que vive a maioria da população brasileira, acabam por determinar a expulsão do aluno da escola.

Dessa forma, então, um acesso à escola, diferenciado e restrito, passa a produzir baixos níveis de qualificação, ao tempo em que, por esse motivo, minimiza o valor da força de trabalho para o mercado pela excessiva oferta de mão-de-obra de baixo custo.

Com efeito, reafirma-se, o sistema educacional e o valor do trabalhador são ditados pela própria estrutura de produção na sociedade brasileira, que implica na distribuição do trabalho em diferentes espaços de produção, cada um deles comportando funções e posições diferenciadas que estão intimamente relacionadas. A cada atividade de produção corresponde uma função, sendo que para cada uma destas funções corresponde, por sua vez, um nível de qualificação específico, de for-

ma que os trabalhadores são agrupados de acordo com suas qualificações. A partir disso, as atividades são hierarquizadas e provocam a necessidade de diferentes graus de qualificação dos trabalhadores⁸. Ora, como a escola supostamente esta pre-

Também abordado por Romanelli no mesmo estudo citado.

Sobre a reprodução dos lugares e reprodução aos agentes consultar o artigo "A Escola em Questão" de POULANTZAS, Nicos in *Revista Tempo Brasileiro*, nº 35, Rio de Janeiro, 1973, págs. 126 a 137.

parando de forma diversificada para os diferentes níveis de qualificação, a educação formal passa a ser uma das formas de redefinição do valor da força de trabalho, na medida em que se impõe a necessidade de qualificação e recrutamento através de graus de escolarização. A escola, portanto, passa a exercer a função, entre outras, de selecionadora de mão-de-obra para a produção.

Neste sentido, insinua-se que a habilidade e o conhecimento, que uma pessoa tem, vêm a se constituir numa forma de capital⁹. Num tal raciocínio, faz sentido que essas qualidades devem aumentar a produtividade e render benefícios econômicos tanto para os empregadores como para empregados: educação é investimento. Por esse motivo, valorizam-se em sociedades capitalistas a escola e outras agências educativas, pois, quanto maior educação maior produtividade e maiores rendas¹⁰:

Dentro desta mesma ótica de produtividade e renda, é que se deve entender também o fato de educação ser um agente selecionador dos mais capazes para desempenho das posições - funções nas hierarquias das ocupações. Isto se deve ao fato de sua especificidade, em termos de estrutura e programas educacionais, filtrar os candidatos mais educados e possibilitar a contratação da melhor mão-de-obra disponível. O rendimento escolar é indicador de habilidades diferentes, já existentes

⁹ Para um estudo sobre a Teoria do Capital Humano consultar G. Becker, *Human Capital*, New York, Columbia University Press, 1974. e T. Schultz, *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973. E ainda a análise crítica de Samuel Bowles e Herbert Gintis, em "O Problema com a Teoria do Capital Humano", in *American Economia Review*, maio, 1975, pags. 74 a 82.

¹⁰ Idem nas obras de Schultz e Becker citadas.

nas pessoas e, por isso, os empregadores utilizam os credenciais educacionais como instrumentos de triagem para identificar os trabalhadores mais produtivos¹¹.

Estas mesmas credenciais são ainda utilizadas como instrumento de identificação do candidato, sem se considerar neste sentido a questão de produtividade de uma forma direta¹². Em geral, os empregadores defrontam-se com o problema de um maior número de candidatos do que de vagas e usam as credenciais como forma de seleção uma vez que elas em geral são aceitas, tanto pelos candidatos como pela sociedade. Assim, a expansão de oportunidades educacionais condiciona o aumento dos requisitos educacionais para o emprego legitimando as credenciais como instrumento de seleção.

Com uma tal concepção de educação é fácil entender como a distribuição desigual das qualificações também explica a distribuição do saber em diferentes funções-posições. Cada uma delas implica em conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que lhe são específicos e são relativos às diferentes práticas sociais que lhe são inerentes. Surge aí, então, a valorização de ações e disciplinas específicas que são próprias a cada uma destas funções, contribuindo para a distribuição do poder.

Com isto, reconhece-se também a função socializadora da escola, que em sociedades capitalistas, não objetiva um

¹¹ Faz-se referência aos pressupostos da "Teoria do Filtro" de Kernerh Arnow.

¹² Para compreensão mais ampla do enfoque credencialista ver I. Berg, *Educational jobs: the great training-Robbery*, New York, Praeger, 1970.

projeto social mas, mais uma forma de servir ao capital. Neste sentido, a escola funciona para que seus alunos acumulem conhecimentos que lhe dêem a possibilidade de assumir responsabilidades e desenvolver capacidades necessárias ao desempenho nas hierarquias da estrutura de produção¹³.

Para propiciar responsabilidades, a escola procura inculcar os valores gerais da sociedade e aqueles relativos ao desempenho de funções na produção. Para propiciar a capacitação, ela prepara para a competência ou habilidade na realização de tarefas relativas aos desempenhos individuais e para a manifestação de respostas que atendam às exigências de um comportamento social adequado ao desempenho das funções de produção. Na escola, a criança adquire disciplina e aceita os valores e normas sociais necessárias a seu desempenho profissional futuro. Em síntese, aprende a funcionar socialmente.

De tudo o que foi dito sobre algumas funções da escola, não é estranho que se ela qualifica, credencia, filtra, socializa, ela também possa ser um agente promovedor de mobilidade social e, conseqüentemente, da possibilidade de correção das desigualdades sociais produzidas pela ordem econômica. É evidente que se trata aqui da mobilidade social individual, entendida como mobilidade sócio-econômica ligada ao prestígio ocupacional¹⁴, que se adapta as sociedades urbano-industriais onde o trabalho ocupa uma posição essencial e o trabalhador é julgado socialmente em função do que exerce, na medida em que não ocupe uma posição mais elevada no quadro geral da sociedade.

¹³ A propósito do tema socialização, ver Parsons, T. *A Classe como Sistema Social* in *Sociologia da Juventude*, Rio de Janeiro, 1968, vol. III, págs. 47 a 72.

¹⁴ Sobre mobilidade social ver Havighurst, R.J. *Educação, Mobilidade Social e Mudança Social* in *Educação e Ciências Sociais*, vol. II, nº 6, 1957.

Esta mobilidade diz-se que é obtida através da educação. De acordo com alguns autores "a oportunidade de subir na escala econômica e social depende cada vez menos de acumulação de pequeno capital e cada vez mais da posse de graus e diplomas"¹⁵; outros consideram que para ser membro da classe média e preciso que a pessoa alcance "um nível relativamente elevado de educação"¹⁶. É evidente, portanto, que a idéia de mobilidade social encontra-se diretamente ligada à hierarquia das funções-posições do sistema de produção de cada sociedade, e varia de sociedade para sociedade, ou de sistema para sistema. No caso dos E.U.A. fala-se de uma "mobilidade de emulação", no da Inglaterra de "mobilidade patrocinada"¹⁷, no brasileiro de "mobilidade limitada" e "mobilidade falsificada"¹⁸.

A "mobilidade limitada" refere-se aquele período em que a educação era controlada. Nem todas as escolas de nível médio davam acesso a universidade¹⁹, possibilitando apenas a distribuição de certificados habilitatórios ao exerci

¹⁵ O pensamento de Olive Banks é citado por Ivor Morrish em "Mobilidade Social e Educação" in *Sociologia da Educação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, págs. 164 a 183,

¹⁶ P. W. Musgrave também citado por Morrish na mesma obra acima.

¹⁷ Ver a análise de "mobilidade de emulação" e "mobilidade patrocinada" no mesmo artigo de Morrish acima citado.

¹⁸ OLIVEM, Arabela Campos, *Sistemas de Educação e Modelos de Mobilidade Social: Os Casos da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Brasil* in Educação e Sociedade, Cortez e Moraes, São Paulo, ano I, vol, 3, maio de 1979, pp. 111 a 118. Neste artigo a autora analisa a mobilidade social na realidade brasileira classificando-a de "mobilidade limitada" e "mobilidade falsificada".

¹⁹ Faz-se aqui alusão às escolas técnicas industriais, comerciais, agrícolas e normais que no passado não tinham um caráter propedêutico.

cio de ocupações intermediárias e estavam destinadas aos menos privilegiados, enquanto a alguns poucos, frequentadores de escolas particulares, geralmente oriundos das classes mais abastadas, era ministrado um ensino (ginásio, clássico e científico) que abria as portas da universidade.

Coro a expansão quantitativa do ensino médio (a partir de 1930) e do ensino superior, posteriormente, houve no Brasil uma desvalorização do diploma e constante aumento do nível de escolaridade. Desta forma, existe uma mobilidade que poder-se-ia classificar de "mobilidade falsificada". Existe uma mobilidade educacional que não se concretiza em mobilidade social, pois a estrutura ocupacional não absorve o número crescente de graduados²⁰.

Volta-se aqui às questões iniciais deste artigo referentes à qualificação para o trabalho só que para assinalar que não existe contradição entre esta e a quantidade ou qualidade de educação oferecida aos trabalhadores, porque de qualquer sorte essa educação serve ao preparo para o desempenho de funções-posições e mais que isso continua servindo à distribuição desigual do poder. O que se evidencia é que a mobilidade social pretendida e visualizada pelos trabalhadores é veiculada basicamente a nível ideológico, pela escola e pelos demais aparelhos do Estado, se bem que em alguns poucos o raros casos ela possa ser constatada.

Portanto, a qualificação da força de trabalho representa e legítima desigualdades sociais, na medida em que faz com que a sociedade seja percebida de forma diferente do que

²⁰ Ver artigo de Arabela Campos Olivem, anteriormente citado.

na realidade é. O valor da qualificação corresponde à uma realidade objetiva que distribui desigualdades sociais ao tempo em que justifica estas mesmas desigualdades. Não "é por outro motivo, por conseguinte, que para alguns trabalhadores a importância de escola é reconhecida, porém sem ser com clareza discriminada.

CONDIÇÕES DE VIDA E EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS DE POBREZA

Com o objetivo de clarificar as colocações sobre a importância da escola, analisa-se a seguir alguns aspectos das condições de vida e de escolarização dos trabalhadores semi ou não-qualificados - objeto da pesquisa "Educação e Condições de Sobrevivência"²¹ .

De uma forma geral, constatou-se que o grupo de trabalhadores estudado pela pesquisa defronta-se com imensas dificuldades sócio-econômicas e subsiste em condições de extrema pobreza²².

Com efeito, a maioria desses trabalhadores exerce suas atividades na construção civil, no serviço doméstico, no pequeno comércio ambulante ou estabelecido, no artesanato tradicional, ou é trabalhador braçal e operário não qualificado. Um pequeno número trabalha como operário qualificado na indústria, motorista, comerciário, funcionário burocrático ou artesão moderno, constituindo-se em função de suas qualificações no que poderia ser considerado como elite do grupo estudado.

²¹ A pesquisa "Educação e Condições de Sobrevivência"abrangeu um total de 603 domicílios e 3.316 pessoas residentes em 3 bairros populares de Salvador (Nova Brasília, Nova Divinéia e Calabetão). ~

²² Ver Capítulo I do relatório da pesquisa citada de autoria de Inaiá Carvalho.

A estas qualificações correspondem níveis de renda extremamente baixos. Entre esses trabalhadores, 13,6% ganham menos de um e apenas 14,6% percebe igual ou acima de três salários mínimos; portanto, é maior a concentração da renda individual em torno de um e três salários mínimos. Anote-se que essas remunerações são obtidas às custas da extensão de jornadas de trabalho como é comprovável pelo fato de apenas 3,9% dos indivíduos que trabalham sob remuneração estarem ocupados por menos de 20 horas; 10,4% entre vinte a até 40 horas e os demais com uma carga de trabalho acima de 40 horas por semana.

Nestas condições para subsistência de um grupo doméstico, o trabalho remunerado do chefe do domicílio não é suficiente e assim são mobilizadas as atividades das mulheres e dos filhos. O trabalho remunerado fora do âmbito doméstico desenvolvido pelas crianças menores de dez anos é pouco frequente mas, a partir desta idade, torna-se indispensável. Indispensável também é o trabalho da mulher dentro ou fora do lar. No primeiro caso, contribui ela para a restrição dos gastos. No segundo caso, para o aumento da ronda familiar, dedicando-se quer ao serviço doméstico remunerado, como ao pequeno comércio ambulante ou estabelecido, ao artesanato mais tradicional e a outras atividades não qualificadas e de baixa remuneração. Com a participação de todos os componentes do grupo doméstico, pode-se então verificar a existência de rendas familiares que quando muito podem alcançar índices como os de 16,2% inferior a um salário mínimo e de 25,8% superior a três salários mínimos, mantendo-se a mesma concentração (da renda individual) em torno de um e menos de três salários, o que evidentemente é muito pouco.

Estes rendimentos produzem, então, condições de subsistência bastante pobres e em consequência levam à restrição

dos gastos familiares e à sua concentração no que é indispensável à sobrevivência. Desta forma, a alimentação limita-se a poucos alimentos básicos. A habitação, dada a impossibilidade ou dificuldades de pagamento de aluguéis, e construída com o produto do trabalho de todo o grupo doméstico, em terrenos adquiridos em loteamentos populares, situados em áreas distantes e desprovidas de serviços (as chamadas periferias) e, frequentemente, de invasão de terrenos não ocupados. Disto resultam pequenas casas, com um ou dois cômodos, geralmente de material de baixa qualidade e resistência (taipa, madeira, zinco, compensado, etc.), a maior parte sem instalações sanitárias, ou água corrente ou eletricidade. O mobiliário é reduzido, embora bens de consumo e eletrodomésticos em algumas delas possam ser encontrados.

As condições de saúde, em consequência da vida num tal contexto de miséria, também são precárias. Inúmeros foram os problemas citados pelos entrevistados, ou observados pelos pesquisadores, tais como gripes, desinterias, verminoses, doenças de pele, tuberculose, hérnias, etc., além dos de ordem psicológica que variavam desde o simples "nervosismo" até os mais graves como debilidade e epilepsias.

O quadro educacional por seu turno não deixa de ser também precário e, pelos interesses relativos ao esclarecimento da questão da percepção da escola, merece ser melhor detalhado.

No caso dos trabalhadores estudados, observa-se em primeiro lugar que o acesso e aproveitamento das oportunidades educacionais vieram a se dar de forma diferenciada e condicionados pelo nível de desenvolvimento da sociedade brasileira e por suas exigências quanto à inserção dos mesmos no processo produtivo. Em segundo, esses mesmos fatores condicio-

nantes do processo de escolarização produziram baixos níveis de escolarização. E, em terceiro, esse processo foi agravado pelos efeitos da pauperização desses trabalhadores.

Desta forma, como demonstram os dados colhidos pela pesquisa, com a necessidade de trabalho precoce, principalmente por parte dos meninos, há em contrapartida uma redução de período de escolarização. Da mesma maneira, condições de vida precárias implicam, entre outros aspectos, na residência em áreas afastadas, ou com menor disponibilidade de serviços e vagas escolares, que quando existem, são de extrema precariedade qualitativa (a escola do pobre é a de menor qualificação); e implicam, ainda, em níveis de consumo, já descritos, que em muitos casos não permitem aos trabalhadores gastos com escolarização (mesmo quando a escola é gratuita), ou não lhes proporcionam as condições necessárias para um razoável desempenho escolar (mesmo que se considere o reduzido nível de exigência dos cursos que são oferecidos).

Por outro lado, a precariedade do próprio sistema escolar referenciada também na estrutura sócio-econômica, com porta desigualdades e impõe uma distribuição quantitativa e qualitativamente desigual das oportunidades de acesso e aproveitamento escolares, o que favorece e fortalece os problemas de escolarização.

De tudo isto resulta, conforme o que foi analisado através da pesquisa, que uma população extremamente jovem²³ experimenta níveis extremamente baixos de escolarização. Com

²³ Para um total de 3.316 pessoas, quase metade (49,5%) tinha idade inferior a quinze anos e 68,8% a 25 anos.

efeito, a instrução destas pessoas tende a concentrar-se e restringir-se as séries iniciais do primeiro grau ou, quando muito e na melhor das hipóteses, até a conclusão desse nível. Não é de outra maneira também que se justifica a situação educacional para o conjunto dos maiores de 7 anos: a maioria é de casos de evasão e de pessoas que nunca estudaram, sendo a penas 34,5% os que estão estudando. Somando-se os que estão estudando, os que já concluíram algum curso e os evadidos, conclui-se que nas vizinhanças estudadas o acesso a educação formal foi garantido inicialmente a 79% da população e que, destes, 55,6% deixaram a escola. Considerados os que nunca estudaram, os menores de 7 anos que não estudam porque não há escolas a eles destinadas e os evadidos, fica caracterizado o processo de exclusão educacional porque passam esses grupos, na medida em que o acesso é limitado e aliado a um aproveitamento restrito das oportunidades oferecidas.

Assim, a escola não esgota o processo educacional, que passa a se realizar através da própria vida social ou das agências alternativas²⁴. Estas últimas, por sua vez, também são limitadas e temporárias, embora circunstancialmente supram demandas educacionais e contribuam, junto com a escola para a manutenção dos mesmos padrões educacionais o de sobrevivência acima descritos.

Todas estas limitações de vida e educacionais acabam por determinar percepções, aspirações, desejos, valores e atitudes com elas condizentes. É o que se vai descrever e

²⁴ Sobre os estudos das agências educacionais alternativas verificar não só os dados da citada pesquisa como os do relatório "Alternativas Educacionais em Periferias Urbanas", de autoria de GOMES, Celma Borges e ALMEIDA, Fernanda de, 1982, a ser publicado pelo CRH/UFBa.

analisar, de forma específica, através dos resultados sobre a percepção da importância de escola.

A PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA ESCOLA

A importância da escola é reconhecida por 95,8% dos chefes de domicílio entrevistados. Entre estes observam-se percepções ligadas a realidade sócio-econômica objetiva, que ora enfocam esta importância a partir das condições de sobrevivência em que se encontram, ora em função dos efeitos da seletividade do mercado de trabalho para ocupações-posições que exigem certo nível de qualificação profissional, ora a partir das experiências educacionais por eles vivenciadas. Assim, de um lado encontram-se percepções que valorizam a "escola dos pobres" (a tradicional escola brasileira de ler, escrever e contar), de outro as que enfocam o valor das credenciais educacionais e se encontram ligadas a um processo de ideologização veiculado pelo Estado através da escola e outros aparelhos ideológicos. Em geral, no entanto, pode-se notar nitidamente a mesclagem de todos estes aspectos, criando barreiras a visualização tanto da realidade educacional, como da realidade sócio-econômica mais ampla.

Escola, via de ascensão social

Entre os entrevistados, 31,2% de alguma maneira atribuem à educação formal o valor absoluto ou relativo de um processo cujas influências informativas e formativas são a instrumentação necessária, mas nem sempre suficiente, para obtenção de um trabalho, ou de um futuro melhores, quer em termos de consecução de uma titulação, quer através da viabilização de uma qualificação profissional, ainda que em condições mínimas. Neste sentido, infere-se que a ascensão sócio-econômica é um dos referenciais gerais e norteadores da busca de

um processo de escolarização, chegando mesmo a atingir, no grupo estudado, um certo consenso.

No entanto, a análise qualitativa dos dados revela que embora a escola seja percebida como uma das vias de ascensão sócio-econômica, na maioria dos casos ela o é na medida em que é também a negação da própria condição de vida destas mesmas pessoas, propiciada por processos de ideologização. Isso se nota quando são feitas observações que atribuem a educação algum valor simplesmente porque nos processos de seleção de candidatos a empregos são exigidos diplomas e certificados de conclusão de curso e aos melhores empregos conseguem atin-gir apenas aqueles que possuem os maiores níveis de instrução e essas não são as credenciais obtidas por esses trabalhadores. Tem-se, então, que a crença numa tal mobilidade é uma negação dos condicionantes do acesso escolar diferenciado e restrito que lhes é destinado e das condições de pobreza em que vivem, as quais impossibilitam a estes mesmos entrevistados ultrapassar as quatro primeiras séries do primeiro grau ou de visualizar para seus filhos perspectivas educacionais e ocupacionais muito diversas das suas. Assim, a crença na mobilidade é a negação das desigualdades e faz com que a escolaridade se torne uma meta para melhoria das condições individuais e do grupo doméstico, como se por si só para isso ela fosse suficiente, e como se alcançar alguma terminalidade escolar fosse possível, ou comum, num contexto onde predomina a miséria. Este crédito dado a escola é, portanto, a esperança de superar a situação em que estas pessoas se encontram, uma vez que há uma certa crença de que "os pobres são pobres porque não têm instrução". É esta a idéia contida na resposta dada por uma entrevistada, pessoa que costura para a própria família e cursou até o terceiro ano primário: *"Todos os filhos devem estudar mais do que os pais... O estudo dá independência, dá para as pessoas terem empregos decentes. É o que pedem para*

trabalhar". Note-se que a seletividade inerente à ocupação de espaços na hierarquia das ocupações é aceita e justificada como uma realidade do próprio mercado de trabalho, daí que quem não tem estudo, ou nunca foi a escola, "é culpado" pela situação de vida em que se encontra.

Mas, há casos em que esta mesma crença de que a escola pode possibilitar a saída das situações de pobreza é associada pelos trabalhadores a um mínimo de consciência das limitações do credencial escolar. Isso é pelo menos esboçado pelos que conseguiram atingir um grau mais elevado de escolarização, como o chefe de uma família que trabalha como contador: *"Nas escolas não se tem prática, eu pelo menos jamais pratiquei contabilidade no colégio "x" (escola pública estadual) mas, a escola assim mesmo valeu a pena, pois sem o diploma não adianta ter prática, pois ou não arranja emprego, ou arranja emprego mas logo os patrões se aproveitam de não ter diploma para pagar menos, mesmo fazendo o mesmo serviço de quem tem diploma".* Nessa, como nas declarações de um outro estudante de contabilidade, a escola, tal como ela é oferecida as camadas populares, é criticada: *"O estudo é muito importante na vida das pessoas, mas não da forma que está sendo dado neste país. Aqui não tem que se ensinar a ler e escrever, tem que se ensinar isso e mais um ofício; o mais importante é a leitura e matemática, pois dão armas para o sujeito se virar na hora que começa a trabalhar. Se eu tivesse estudado seria um contador, trabalharia menos e ganharia mais, com horário mais folgado que este que tenho".* Em ambos os casos, os entrevistados reconhecem o caráter seletivo do mercado de trabalho e as limitações do processo de escolarização, enquanto qualificação para o trabalho. Reconhecem, ainda, que se a escolarização que favorece desigualdades sociais, ela "cria" oportunidades para ocupação de certos espaços-posições que permitem menor exploração do trabalhador, apesar dessas diferenças não

possuírem um valor em si com referência ao trabalho, que é no no mercadoria, sempre medido em função dos lucros das empresas.

Nestes, como também em outros discursos, a ascensão sócio-econômica pretendida pelos trabalhadores estudados é apenas a busca de um padrão de vida imediatamente superior ao em que se encontram. É interessante só observar, como a partir de uma limitada experiência educacional e das condições adversas de vida, um mínimo de escolarização e de qualificação para o trabalho já pode ser percebido como forma de viabilização de uma tal mobilidade. É o caso, por exemplo, do que afirma ura chefe de domicílio que fez cursos supletivos de 1º e 2º graus: *"A escola serve para ensinar, educar e para se ter um trabalho bom. A escola qualifica para o trabalho, sem saber ler e escrever ninguém faz nada. Sem isso é preciso muita sorte. Algumas ocupações, se aprendem na prática, mas tudo requer escola, pelo menos o mínimo. Aprendi o trabalho na prática, no entanto, se não soubesse ler, nem na prática conseguia. O estudo serviu na melhoria da situação de vida da família, porque se não tivesse frequentado a escola jamais estaria no emprego e não estando no emprego estaria pior na vida"*. A importância da escola está, aqui portanto, diretamente correlacionada à sua própria experiência escolar e de vida.

Por fim, assinale-se que dentro da mesma ótica, da escola como via de ascensão social, os poucos que conseguiram atingir padrões de vida um pouco mais elevados que a maioria da população estudada, ou seja os assalariados (funcionários públicos, policiais não-graduados, etc.) passaram por um processo de ideologização de tal ordem que assumindo a seletividade, imposta pelo mercado de trabalho, se consideram verdadeiros "heróis" em suas próprias lutas pela escolarização e conquista de uma posição mais elevada no quadro geral dos tra-

balhadores semi ou não-qualificados. Estes são os que, incorporando a ideologia dominante e assumindo o privilégio que desfrutam dentro do grupo social a que pertencem, passam a sentir-se os "melhores", os "escolhidos", os que tiveram a "chance de vencer e souberam aproveitá-la" e que atribuem à sua estagnação nos primeiros estágios da escala de ascensão a uma simples questão de tráfego de influências, negando assim as condições de classe. Considere-se como tal o discurso de um informante que tem o curso médio de contabilidade: *"Dou à educação o maior valor do mundo. A escola para mim é como uma família, é nela que se prepara para a vida, isso é culturalmente, para melhorar a vida, para eliminar os preconceitos raciais. Você veja, na escola todos são iguais, ninguém é melhor que outro, preto fica sentado junto do branco, só o elemento subversivo é discriminado porque tem que ser. A escola é tudo. Eu já sabia fazer meu trabalho na prática, mas aprendi a teoria e os dois juntos é muito mais. Meus filhos vão estudar até se formar no que quiserem, vão ter dificuldades mas me esforçarei para nunca faltar os estudos... Para vencer todas as pessoas têm que estudar. A educação não tem limite, não sei até quando as pessoas precisam aprender para ser alguma coisa na vida. Venci porque estudei, pela minha força de vontade e necessidade. Dentro do meu emprego não teria promoção se não fosse formado. Agora sou escriturário, antes era servente e recebia menos. O que aprendi na escola tou usando no trabalho. Pretendo ficar no nível de administrador, ainda tou no de escriturário, porque uma dona daqui não quer que eu seja igual a ela, ela tem o mesmo estudo que eu e ganha mais porque tem mais aproximação com o Secretário".* Apesar de toda essa valorização da escola o mesmo informante afirma que há três formulas para se vencer na vida: *"1ª, os estudos - para se ter um diploma, instrução e saber a teoria das coisas; 2ª, bom relacionamento político, para se arranjar emprego; 3ª, educação doméstica, para saber tratar e atender as pessoas",*

De qualquer sorte, em todos os discursos que valorizam a escola como via de ascensão social há referência ou ao significado que é atribuído à escola pelos empregadoras quando selecionam os candidatos às ocupações de suas empresas, ou seja, assinala-se o sucesso do candidato no mercado de trabalho, ou às suas condições de vida, ou às suas experiências escolares. Assim, a escola é valorizada porque "possibilita a aquisição de habilidades" que podem resultar em maiores produtividades, a obtenção de certificados que são utilizados pelos empregadores como critério de seleção. Por consequência, nas condições de sobrevivência em que se encontram, com a escola a que têm acosso e com a experiência do trabalho que possuem, estes entrevistados só podem mesmo se agarrar, como uma fórmula mágica, à ideologia que propaga a mobilidade sócio-econômica através do processo de escolarização.

A escola simplesmente é importante

Um segundo grupo de respostas reúne 30,2% dos trabalhadores entrevistados que não conseguiram colocar com clareza suas percepções sobre a importância da escola. Muitas foram, portanto, as respostas vagas, imprecisas e genéricas que, atribuindo alguma importância à escola, não explicitavam objetivamente o motivo dessa importância. O conteúdo dessas respostas está ligado, na maioria dos casos, a ausência de uma experiência escolar e a processos de ideologização, que, se não foram bem assimilados, pelo menos servem para justificar as desigualdades sociais. Um dos mais chocantes e claros exemplos destas respostas foi dado por uma entrevistada analfabeta: *"Nunca fui à escola por isso não posso dizer porque a escola é importante. Só sei que é importante"*. Outro exemplo, mais genérico é de um chefe de família, também analfabeto: *"O estudo é tudo que vale. Abaixo de Deus e da saúde vem o estudo. Com o estudo a pessoa tem tudo"*.

Por vezes, a frequência à escola regular, nem sempre conduz a aprendizagem de habilidades mínimas, daí que essas adquirem uma importância genérica para a vida das pessoas. Isso é o que se encontra no depoimento de uma mulher do 31 anos, com apenas o segundo ano e cuja percepção da escola retrata a escola a que ela teve acesso: *"A escola é importante porque se realmente eu tivesse condições para estudar, para eu saber realmente não sei nada da vida. F a coisa que eu mais queria saber bastante era a leitura"*. Da mesma forma, expressa-se uma aplicadora de injeção nos vizinhos, costureira e bordadeira: *"A escola serve para assinar o nome"*.

Em outros casos a escola é de alguma forma importante, mas não altera perspectivas, pelo peso das condições de vida e das restrições do processo de escolarização, corar declara uma senhora analfabeta: *"Se eu tivesse estudado era melhor, mas ia ser peão mesmo, porque o estudo ora pouco, e tenho vistas curtas e não tenho cabeça"*.

Desta maneira, a idéia da importância da escola é reflexo da ausência de um processo de escolarização regular, da frequência à uma escola cujo aproveitamento é extremamente limitado e das condições de pobreza da população. Não é estranho **que** sua significação muitas vezes não possa ser justificada com clareza, pois, para estas pessoas a escola geralmente serve às suas condições de subsistência.

A escola desenvolve socialmente a criança

Em terceiro lugar, vêm as respostas que atribuem à escola o papel de desenvolver a criança, na medida em que permite a aquisição de determinados comportamentos sob certos parâmetros sociais (19,6%). Entre esses comportamentos encontram-se os que podem ser considerados como "socialmente adap-

tados e desejáveis", - saber respeitar as pessoas, receber e obedecer ordens, ser amável, gentil - e os que implicam numa maior liberdade de movimento em contextos sociais, ou seja, os característicos das pessoas desinibidas, sociáveis, que conduzem com propriedade os relacionamentos, "que sabem falar", "que sabem receber pessoas, serem entrevistadas", etc.

Por outro lado, o desenvolvimento social da criança pode ser propiciado pela escola na medida em que ela, selecionando e aceitando um grupo de crianças, sob sua orientação, não permite a convivência "com quem não presta", ou "com quem vive na rua", ou "vive a toa", e passa a desenvolver um controle sobre o comportamento, que possibilita a disciplina, o desenvolvimento e a vida social adaptada.

As dificuldades de vida expressam-se ainda quando cabe à escola a responsabilidade pela educação das crianças, como uma forma de guarda ou controle de seu comportamento. Aqui insinua-se, de um lado, a necessidade de colocar a criança na escola para liberação da mulher dos encargos educacionais e exercício de atitudes produtivas dentro ou fora do lar. De outro, atribui-se a escola o papel, antes da família, na orientação dos menores. Be fato, nas condições de pobreza, às crianças é dedicado pouco tempo para uma educação doméstica e muito menos é possível, nos pequenos casebres, em maioria de taipa, de um ou dois cômodos, ou nas ruas sem calçamento e enlameadas, encontrar espaço para o desenvolvimento psico-social das crianças. De fato também, algumas escolas, nas áreas pesquisadas comportavam um elevado numero do alunos para o exíguo espaço em que se localizavam, daí que a ação pedagógica, por vezes, se restringia mesmo ao controle e a disciplina dos alunos.

Tais fatores estão contidos, por exemplo, nas decla-

rações de uma das residentes nos três bairros estudados, uma senhora, doméstica o analfabeta: *"A escola ensina tudo de bom. Só não aprendem é porque não quer. A escola ensina cantar, rezar, jogar bola. Tudo serve. Saber cantar um hino é muito bonito. Quer dizer que aqueles meninos rebeldes vê aquele hino tão bonito que eles param para pensar. Deixam a rebeldia. A escola "Y" (escola pública) não ensina nada. Acho que é a diretora que não presta. Se eles cantassem um hino na fila já entrava na sala com outro coração. A diretora da escola "Z" (também escola pública) era boa porque era "dura". Toda de prato, brava, batia nos meninos para botar em ordem... O Governo devia obrigar as diretoras a botar as crianças para cantar hino... "*

É ainda evidente, em alguns discursos, como há uma nítida associação entre aquisição de conhecimentos o desenvolvimento das crianças como no seguinte o exemplo: *"Com o estudo a gente tem coragem prá tudo... No meu haver a coisa mais importante que a escola ensina é as quatro operações, porque a pessoa que sabe elas é uma pessoa que toma conta de qualquer responsabilidade",* ou. no discurso de uma baiana de acarajé: *"Se eu tivesse uma formatura eu ia saber mais coisas e não ficava me batendo por aí. A escola ensina coisas importantes porque evolui a pessoa".*

Finalmente, para um pequeno número de entrevistados, a escola se coloca como uma forma de humanização das pessoas, faz com que elas se tornem "gente", ou seja, favorece o desenvolvimento individual e comunitário.

Assim, insinuam-se à luz das necessidades experienciadas por estas pessoas, todas as esperanças que são depositadas na escolarização para a abertura de perspectiva do vida mais condizente com a condição humana. Mo que pesem as críticas que possam ser feitas por psicólogos, sociólogos e antro-

pólogos ao conceito de desenvolvimento social (individual ou coletivo) omitidos por estes trabalhadores, resta assinalar que se a escola não "faz ser gente", para eles ela, pelo menos temporariamente, circunstancialmente, permite a algumas crianças se sentirem como tal e a alguns dos entrevistados, ter a aspiração de ver seus filhos dessa forma considerados, mesmo dentro dos parâmetros de contextos onde coexistem as discriminações sociais. A percepção da escola como forma de desenvolvimento social da criança é, portanto, mais uma idealização para encobrir a realidade sócio-econômica e educacional, ao tempo em que também se atribui uma significação maior aos valores e atitudes aceitos nelas empresas para distribuição de ocupações entre os candidatos à seleção para empregos. Desenvolver a criança é tanto uma ilusão de auto-determinação social, como um modelo de submissão as determinações contextuais.

A escola ensina coisas úteis.

A escola é percebida como um meio de aquisição de conhecimentos gerais ou específicos úteis a vida em contextos do pobreza para 14,7% dos chefes de domicílio entrevistados.

Comuns são as respostas que colocam que a escola é importante porque dá instrumentos para a vida prática, e nesse sentido ficam valorizados os conteúdos mínimos e gerais que são transmitidos pelas escolas dos pobres. É o que se infere do discurso de um chefe de família, barraqueiro durante as festas de largo de Salvador, biscateiro no cotidiano, que cursou até o terceiro ano primário o que valorizando a instrução assinala: *"Acho importante estudar porque o sujeito tem que se instruir, tem que saber ler para procurar uma rua, para fazer uma compra, prá viajar. O mais importante que a escola ensina é a leitura e a matemática, a pessoa tem que ter cultura "*.

Por vezes, o nível de expectativa educacional é tão pouco elevado que o conhecimento geral já passa a ser valorizado como suficiente para o desempenho profissional, como é o caso das declarações de um outro chefe de família, que nunca passou por qualquer processo de educação regular: *"Estudei pouco e atualmente não posso mais estudar, não tenho tempo e o trabalho não deixa. Sei assinar mal o meu nome e leio só letras do tipo da Bíblia; letra escrita assim não sei ler. Se meu pai me tivesse deixado estudar ao menos cinco anos, hoje eu não seria carpinteiro e sim um mestre de obras. Você sabe, o mestre de obras tem que entender as plantas. Sinto muita falta do estudo para poder ler melhor..."*

O mesmo nível de conhecimentos gerais pode ainda ser valorizado de uma forma diversificada, coiro o exemplo da resposta de um chefe de família de 28 anos, que fez o supletivo e cursos do SENAI e que atualmente é torneiro mecânico: *"O estudo leva o elemento a conhecer uma porção de coisas, por exemplo; conhecer o Brasil através da geografia. Para mim o importante mesmo é o conhecimento, é a gente saber. É ter uma maneira fácil de entender todas as coisas. Às vezes as pessoas sabem bem sobre mapas, mas não sabe bem matemática. Para mim o importante não é ser bom em alguma coisa, ter conhecimento profundo sobre certas coisas mas sim saber de tudo um pouquinho".* Há nestas declarações uma insistência para que seja negada a importância de uma qualificação, uma crítica à valorização dos processos de especialização e uma valorização da escola como meio de um preparo geral para o trabalho, e que aliás é comum para admissão de mão-de-obra de pequena especialização o baixo custo no mercado de trabalho. Assim estas respostas, como as demais, expressam a experiência de vida educacional destes trabalhadores.

A escola tem pouca ou nenhuma importância

Os que reconheceram que a escola tem pouca ou nenhuma importância foram apenas 1,3% dos entrevistados. Suas respostas taxativas e precisas, dadas de forma incisiva, impossibilitaram os entrevistadores de aprofundá-las, porque as pessoas não queriam tecer outros comentários. O máximo que se conseguiu foi com um entrevistado que afirmou categoricamente: "*Não é importante porque o sistema é falho*", o que sintetiza a consciência das limitações sócio-econômicas e educacionais e de seus condicionantes.

Síntese dos resultados

De acordo com os resultados obtidos e com as análises de conteúdo precedentes, pode-se dizer que as mulheres não acreditam na educação como forma de ascensão sócio-econômica. Os homens a valorizam mais, ou então, não conseguem ter uma percepção nítida de como a escola importa. Os mais jovens valorizam-na em função do fator econômico, enquanto os mais velhos a percebem de forma mais imprecisa. Os menos instruídos revelam a "sede do saber", ou a mística da educação como valor em si, opondo-se, dessa forma, aos mais instruídos que valorizam o fator ascensão social e aos que apenas iniciaram um processo de escolarização é que se colocam de forma precisa em relação à importância da escola. Já os de melhor renda a valorizam a ascensão, enquanto os de menor renda são imprecisos.

De uma maneira geral pode-se dizer que a escola é percebida como uma das formas de qualificação para o trabalho. No entanto, esta percepção é condicionada não pela qualificação que ela em tese propicia, ou seja, pelo valor da escola em si, mas pelas próprias experiências educacionais e condições de vida em que se encontram estes trabalhadores.

Assim, de suas funções básicas ressaltam-se a de transmissão de conhecimentos e habilidades, - de desenvolvimento social da criança, a de credenciamento para obtenção de empregos e, por último, de possibilitadora de uma mobilidade ocupacional e conseqüentemente sócio-econômica à transmissão de influências formativas e informativas adequadas a "adaptação social", valorizando-se, neste sentido, os conteúdos gerais transmitidos nas escolas elementares. Podendo-se com isso observar que a percepção da escola está diretamente ligada às limitações dos horizontes sócio-educacionais destes trabalhadores.

O seu valor atende portanto ou às necessidades de ascensão sócio-econômica delas decorrentes.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste ponto, tende-se a analisar o principal valor atribuído a escola, qual seja o de ser ela uma das vias de ascensão social. Na verdade, a idéia de um movimento individual ascendente de uma posição social para outra se impõe em praticamente todas as colocações feitas por estes trabalhadores, daí que o entendimento de suas causas se torna necessário.

Como ponto de partida, deve-se assinalar a condição sócio-econômica dos entrevistados. Pertencendo a um específico segmento de classe social que se caracteriza basicamente por trabalhadores semi ou não-qualificados, cujos níveis de ganho são extremamente variáveis e incertos, esses trabalhadores, que não possuem qualquer tipo de prestígio ou poder, em função da restrição de suas participações sociais, evidentemente não estão à procura de uma mudança de *status* social mas do uma modificação de suas condições de vida.

Desta maneira a questão do consumo para camadas po-

pulares, apesar de ser colocada, não o e enquanto incorporação dos padrões de consumo de uma classe que lhe seja imediatamente superior. Coloca-se, antes, como uma questão de consumo mínimo para existência em condições humanas de vida.

Nem tampouco a aspiração à uma mobilidade pode ser entendida aqui como um *embourgeoisement* nas concepções de Goldthorpe e Lockwood e associados. Se existiu um crescimento das oportunidades educacionais, de uma forma geral no Brasil, este sem dúvida não se estendeu às camadas populares como as estudadas. Em consequência, entre populações como estas não houve qualquer aumento de mobilidade de intergerações, nem na Bahia houve qualquer diminuição da estabilidade das camadas sociais, nem tampouco o sistema de estratificação social se tornou menos rígido. Esta camada de trabalhadores continua distanciada da classe média, possuindo rendas, padrões de consumo e condições de emprego (salários com contratos a longo prazo, mobilidade ocupacional ascendente), bastante distanciadas desta. Por outro lado, estes trabalhadores não estão sendo aceitos pela classe média em termos de igualdade, muito embora aspirem através da escola virem a adquirir novas normas de comportamento, assim como novas atitudes e perspectivas, porque percebem a existência das barreiras de classe. Estão todos conscientes por exemplo, que ter qualidades, aptidões, inteligência e conhecimentos não é suficiente para o exercício de uma determinada profissão, é preciso que esteja apto também para viver num meio social compatível com sua profissão. Existem padrões de vida e estilos que têm que ser apreendidos.

Neste sentido, é que se coloca a questão da relação entre escola e mobilidade social. Para alguns autores a escola é um agente catalizador da situação social, para outros ela é a saída das situações de pobreza. Pela realidade sócio-

econômica encontrada pela pesquisa tem-se que concordar com os primeiros autores. Pelo conteúdo das percepções ligadas a importância da escola, concorda-se com os últimos, o que significa que a idéia de mobilidade social é um conteúdo ideologizado, a partir de condições objetivas experienciadas pelos trabalhadores.

Finalmente, cabe assinalar que se todas as percepções da importância da escola são decorrentes da realidade sócio-econômica e educacional vivenciadas por estes trabalhadores e que, se por isso eles valorizam a escola a que têm acesso (contraditoriamente) como possibilitadora de reestruturação das condições de vida em que se encontram, não é possível pensar que esta escola seja a que lhes serve. O que se enfatiza aqui e que não será através de políticas de apoio, ou de políticas participativas que se vai reestruturar as condições sócio-econômicas que os fazem valorizar a escola. Uma tal percepção de que mudanças educacionais podem levar a mudanças sócio-econômicas acaba por catalizar e consolidar as discriminações e desigualdades - pois estas são condicionantes da própria educação do pobre e de sua pobreza - aliás, e inerente ao credo que legitima a realidade objetiva.